

DESAFIOS DA GESTÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE A ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE VARGAS SERTÂNIA-PE.

Luciano Antonio dos Santos Júnior ¹

Felipe Barbosa ²

RESUMO

A gestão financeira escolar constitui um pilar fundamental para garantir o funcionamento eficaz das instituições de ensino, assegurando a aplicação adequada dos recursos públicos e a promoção da transparência. Este trabalho tem como objetivo analisar a gestão financeira das escolas municipais de Sertânia-PE, com foco na Escola Municipal Presidente Vargas, a fim de compreender de que forma ocorre o planejamento e a utilização dos recursos destinados à educação básica. O estudo ancora-se em referenciais teóricos que destacam a importância da gestão democrática e participativa, como defendem Luck (2009), Paro (2018) e Libâneo (2012), enfatizando a articulação entre administração escolar e práticas pedagógicas. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso, baseado em análise documental de relatórios financeiros e observação das práticas de gestão. Os resultados evidenciaram que a escola apresenta planejamento orçamentário consistente, com aplicação adequada dos recursos, principalmente em manutenção da infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos e capacitação docente. Entretanto, verificou-se a necessidade de ampliar a participação da comunidade escolar nos processos decisórios, a fim de fortalecer a transparência e o controle social. Conclui-se que uma gestão financeira bem estruturada contribui não apenas para a eficiência administrativa, mas também para a melhoria da qualidade educacional, sendo essencial investir em mecanismos que promovam a participação coletiva e a responsabilização no uso dos recursos públicos.

Palavras - chave: Gestão Financeira, Planejamento Escolar, Transparência, Educação Básica.

1. INTRODUÇÃO

A gestão financeira escolar é fundamental para garantir uma educação de qualidade, especialmente em contextos com limitações estruturais e orçamentárias. Segundo Levacic (1995), a administração eficiente dos recursos influencia diretamente o desempenho das instituições de ensino, impactando desde a infraestrutura até as práticas pedagógicas.

No município de Sertânia-PE, a gestão de recursos enfrenta desafios que comprometem a efetividade das ações educacionais, destacando a importância de práticas que promovam eficiência, transparência e autonomia. Compreender esses obstáculos é essencial para fortalecer a estrutura escolar e aprimorar o ensino. Este estudo analisa os principais desafios da gestão

¹ Graduado pelo Curso de Licenciatura em Matemática pela AESA - Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - PE, lucianojunior-nunes@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura em Matemática pela UEPB - Universidade Estadual da Paraíba - PB, felypebarbosa@hotmail.com.



financeira nas escolas municipais de Sertânia, com foco na Escola Municipal Presidente Vargas. Busca-se compreender como a escassez de verbas, a necessidade de transparência e o planejamento orçamentário afetam a autonomia e a eficiência da instituição.

A pesquisa tem como questão central: quais desafios a gestão financeira enfrenta e quais soluções podem otimizar o uso dos recursos na Escola Presidente Vargas? Os objetivos incluem identificar os problemas, avaliar a eficiência da administração atual e propor estratégias de melhoria, como mecanismos de controle e maior participação comunitária.

Para explorar essa questão, tem-se a hipótese de que a implementação de um modelo de gestão financeira integrado, que considere a participação da comunidade escolar e a transparência nas prestações de contas, pode contribuir significativamente para a superação dos desafios financeiros enfrentados pela escola. Ao discutir esses temas, esperamos proporcionar uma visão abrangente que possa servir de base para futuras pesquisas e políticas públicas voltadas para a educação no município e em contextos semelhantes.

2. METODOLOGIA

A metodologia do estudo busca compreender, a partir das práticas cotidianas e administrativas, como ocorre a gestão financeira na Escola Municipal Presidente Vargas, que atende cerca de 500 alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A instituição enfrenta desafios significativos, como baixos índices em avaliações externas, elevado número de alunos com laudo e limitações orçamentárias, já que os recursos do PDDE são basicamente destinados a materiais pedagógicos e de limpeza.

A pesquisa, fundamentada em autores como Peroni e Adrião (2006), Libâneo (2011/2012), Oliveira (2013) e Paulo Freire (2004), adota uma abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994), priorizando o ambiente escolar como fonte direta de dados. Foi selecionada uma escola da rede municipal e aplicado um questionário aos funcionários, com base em estudos de Batista (2019) e Torres (2019) sobre o PDDE, buscando compreender o impacto da prestação de contas na gestão financeira.

Os dados obtidos serão analisados à luz da literatura, garantindo validade e confiabilidade aos resultados, e permitindo uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da administração financeira escolar em Sertânia.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Os recursos financeiros recebidos pela escola, torna-se um desafio para o gestor



administrar, pois quando não há um planejamento estratégico para execução e aplicação dos recursos a escola pode sofrer penalidades. Esses fatores podem comprometer a execução de projetos educacionais e a manutenção adequada das instituições de ensino. Uma gestão transparente com uma prestação de contas da administração escolar torna-se essencial para garantir que os recursos sejam empregados de maneira responsável e eficiente. Quando a escola interage com os conselhos escolares e dispõe de uma participação ativa da comunidade escolar nas decisões, contribuem para fortalecer a confiança da população na administração da instituição e reflete em uma proposta de gestão democrática (Farenzena; Araujo, 2006).

3.1 O CONTEXTO TEÓRICO DA GESTÃO FINANCEIRA EDUCACIONAL

A gestão financeira nas escolas tornou-se um tema central nas discussões sobre a qualidade da educação, especialmente em um contexto onde a eficiência dos recursos públicos é cada vez mais exigida. Por isso torna-se tão importante o modo de gerir os recursos financeiros das escolas, o compromisso com as prestações de contas e a alocação de recursos é fundamental para o desempenho da instituição.

A descentralização da gestão financeira para as escolas, promovida por legislações como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e as leis de diretrizes e bases da educação, trouxe maior autonomia, mas também impôs a necessidade de capacitação das equipes gestoras para lidar com orçamentos e relatórios financeiros. A correta administração desses recursos é fundamental para garantir o bom funcionamento das escolas e o atendimento adequado às necessidades da comunidade escolar (Adrião e Peroni, 2007).

Uma gestão financeira sólida é crucial para a qualidade da educação, pois permite que as escolas planejem, executem e monitorem seus projetos educacionais de maneira mais eficaz. Quando os recursos são geridos de forma adequada, é possível assegurar que as necessidades fundamentais da instituição, a aquisição de materiais didáticos e o desenvolvimento de projetos pedagógicos inovadores — sejam atendidas. De acordo com Peroni e Adrião (2006):

O recebimento do PDDE pelas escolas apresenta dois aspectos favoráveis, sendo o primeiro que o dinheiro é repassado diretamente à escola, o que dá aos gestores liberdade para priorizar e definir seu plano de aplicação destes recursos. O segundo aspecto é concerne à melhoria das condições de manutenção, dos equipamentos e de funcionamento das escolas.

Vale ressaltar também que uma gestão financeira eficiente é capaz de promover a



equidade no acesso à educação. Ao alocar os recursos de forma planejada e consciente, as escolas podem garantir que as necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade sejam consideradas, contribuindo para a inclusão e a redução das desigualdades educacionais. De acordo com Costa (2004), o fracasso escolar é um dos principais fatores que leva o estudante à evasão.

Em suma, a gestão financeira é a espinha dorsal de uma educação de qualidade, permitindo que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira eficaz e sustentável.

3.2 RECURSOS E FINANCIAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE VARGAS

O financiamento da educação pública no Brasil é garantido por diversas fontes, que desempenham um papel crucial na manutenção e desenvolvimento das instituições de ensino. Uma das principais iniciativas é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que é um fundo com a finalidade de equalizar os recursos destinados à educação nos municípios, garantindo um piso mínimo de investimento por aluno. O Fundeb se destaca por permitir que estados e municípios recebam recursos proporcionais à quantidade de alunos matriculados, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino.

Possuindo impacto sobretudo financeiro na política educacional dos estados e municípios, o Fundeb permite que outras políticas, que vão desde a Política Nacional de Educação até as Políticas de Alimentação Escolar, sejam postas em prática de maneira mais ampla e efetiva, de modo que o Fundo acaba por se concretizar como um incremento à promoção do direito à educação (Oliveira; Burlamaqui, no prelo).

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico), atualmente a Escola Municipal Presidente Vargas conta com o recebimento das verbas dos seguintes programas: O programa de educação conectada, que tem como objetivo, apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica e pretende garantir melhores oportunidades para nossos estudantes por meio de uma educação inovadora e conectada com novas tecnologias. Conta também com o PDDE (Programa Dinheiro Direto Na Escola) que possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em



contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento, a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

A soma dessas diversas fontes de financiamento é fundamental para garantir uma educação de qualidade, que atenda às necessidades dos alunos e promova a equidade no acesso ao saber. Assim, a interdependência entre as diferentes modalidades de financiamento é essencial para o fortalecimento da educação pública no Brasil. Isso demonstra que o papel do gestor vai além das tarefas burocráticas e das atribuições específicas do cargo, uma vez que a escola é uma entidade social. Nesse sentido Libâneo (2012, p. 415) afirma:

A escola é uma instância integrante de todo social, sendo afetada pela estrutura econômica e social, pelas decisões políticas e pelas relações de poder em vigor na sociedade. [...] Isso mostra que há uma relação de influência mútua entre a sociedade, o sistema de ensino, a instituição escola e os sujeitos [...].

Portanto, é essencial que as instituições revisitem constantemente suas práticas burocráticas, buscando sempre formas de otimizar a liberação de recursos sem comprometer a integridade e a responsabilidade na administração destes.

3.3 DESAFIOS NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

A distribuição de recursos nas escolas é fundamental para elevar a qualidade da educação, mas apresenta diversos desafios que precisam ser enfrentados. Um dos principais obstáculos é a desigualdade na alocação de recursos, que frequentemente reflete as disparidades socioeconômicas existentes entre diferentes áreas e comunidades. É crucial identificar essas questões para promover um sistema educacional mais equitativo e eficaz. Outra dificuldade está relacionada à falta de um planejamento estratégico que considere as reais necessidades de cada escola.

A capacitação e o treinamento de gestores escolares também são aspectos críticos. Muitas vezes, os diretores e coordenadores não recebem a formação necessária para gerir eficazmente os recursos que possuem, o que pode levar a decisões inadequadas ou pouco eficazes. Outro ponto que merece destaque é a falta de transparência e de mecanismos de prestação de contas no uso dos recursos, o que pode fomentar a desconfiança da comunidade e dificultar a mobilização de apoio local. Na cartilha de prestação de contas (pg.3) diz que:



Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize e arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Portanto, enfrentar esses desafios requer não apenas uma revisão das políticas de alocação, mas também um compromisso com a equidade, a transparência e a capacitação dos profissionais da educação, a fim de criar um ambiente mais justo e eficaz para todos os alunos. Segundo consta no manual de orientação às escolas PDDE (2006,p.29).

O dirigente de UEx, que não apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos à conta do PDDE, por falta, no todo ou em parte de documentos, por dolo ou culpa do gestor anterior, deverá apresentar as justificativas à secretaria de educação do Estado ou do Distrito Federal ou à prefeitura municipal de acordo com a vinculação, acompanhadas de cópia autenticada de representação contra seu antecessor protocolizada junto ao respectivo órgão do Ministério Público, para adoção das providências cíveis e criminais da sua alçada.

Independentemente das condições em que uma escola se encontra, a responsabilidade pela gestão financeira e pela transparência no uso dos recursos cabe exclusivamente ao dirigente da UEx. O dirigente escolar, como gestor dos recursos, tem a obrigação de realizar a correta prestação de contas dos recursos recebidos, seja por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ou de outras fontes de financiamento. A prestação de contas visa garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente, transparente e em conformidade com os objetivos educacionais. Essa prática é fundamental para assegurar a integridade da gestão escolar e para evitar o desvio de recursos, que pode comprometer a qualidade da educação oferecida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão eficiente dos recursos financeiros é um dos pilares fundamentais para o bom funcionamento das escolas, pois envolve decisões estratégicas que impactam diretamente o planejamento orçamentário, a implementação de projetos pedagógicos e a melhoria da infraestrutura. A partir da aplicação do questionário, procurou-se identificar os principais desafios enfrentados na gestão financeira escolar, como a escassez de recursos, a burocracia associada à execução de políticas públicas e a carência de capacitação tanto para gestores quanto para servidores, fatores esses que comprometem a eficácia da administração financeira da instituição.



Das oito pessoas entrevistadas, duas são auxiliares administrativos, quatro professores, um coordenador e um auxiliar de serviços gerais.

Para identificar o perfil dos respondentes da pesquisa, buscou-se descobrir a função dos respondentes na referida escola, com dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Apresenta o cargo ou função do entrevistado

FUNÇÃO/CARGO	RESPONDENTES
Assistente Administrativo	02
Professor(a)	04
Coordenador(a)	01
Auxiliar de Serviço Gerais	01
Total	08

Fonte: Dados da Pesquisa

Entre os entrevistados, observa-se que a maioria é composta por professores, o que contribui para uma análise mais aprofundada sobre a transparência e a prestação de contas da instituição.

Nesse contexto,

[...] o Conselho se mostra como uma grande conquista no espaço escolar, contudo ele apenas será viável se os membros que o compõe estiverem compromissados e cientes da responsabilidade que possuem, fazendo valer a representatividade de seu segmento e não se deixando envolver por relações de amizade ou por benefícios pessoais (ALBUQUERQUE, 2018, p. 17).

Por sua vez, a Tabela 2 apresenta as fontes de Financiamento da Escola.

Tabela 2 - Fontes de Financiamento da Escola.

FONTES DE FINANCIAMENTO	RESPONDENTES
Fundeb	08
Contrapartida municipal	02
Projetos e convênios	00
Doações	00
Não conheço	00
Outras	00
Total	10

Fonte: Dados da Pesquisa

Na referida tabela, observa-se que os entrevistados forneceram mais de uma resposta, no entanto, é notável que todos destacaram o FUNDEB, um recurso que é diretamente transferido para as contas da escola por meio das unidades executoras (UEX). Essa



unanimidade ressalta a importância desse fundo na gestão financeira escolar e sua relevância para a estrutura administrativa das instituições de ensino. Pois,

O FUNDEB é um dos mais importantes mecanismos de financiamento da educação básica no Brasil, criado com o objetivo de reduzir as desigualdades no financiamento da educação, assegurando recursos adicionais para as escolas públicas, especialmente nas regiões mais carentes do país." (BRASIL, 2020).

A Tabela 3 apresenta as respostas quanto a adequação do orçamento.

Tabela 3 - Avalia se a escola possui um orçamento adequado.

ORÇAMENTO ADEQUADO	RESPONDENTES
Sim	02
Não	06
Indiferente	00
Total	08

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao analisar a Tabela 3, observa-se que, em sua maioria, os entrevistados não concordam com a afirmação de que os recursos destinados à escola não são suficientes para atender às suas necessidades. Falando dos recursos do PDDE, Silva (2015) esclarece que:

[...] há uma pressão sobre os responsáveis das instituições que são contempladas pelos recursos do programa em relação ao enquadramento sobre o que deve ou não comprar, assim, de forma, tirando a autonomia da escola em decidir quais são suas reais necessidades (SILVA, 2015, p. 93).

A Tabela 4 apresenta dados sobre os desafios da Gestão Financeira na escola analisada.

Tabela 4 - Desafios da gestão Financeira

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO FINANCEIRA	RESPONDENTES
Falta de recursos financeiros	06
Dificuldades na elaboração do orçamento	00
Falta de capacitação em gestão financeira	00
Processos burocráticos complexos	02
Outros	00
Total	08

Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando as respostas, nota-se que o principal desafio ainda enfrentado pela gestão



escolar é a escassez de recursos, que se mostram insuficientes para garantir uma organização eficiente da instituição. Essa limitação financeira compromete a capacidade da escola de oferecer um trabalho de qualidade, dificultando o pleno desenvolvimento das suas atividades e a implementação de melhorias.

A Tabela 5 traz as respostas sobre as soluções e melhorias para a gestão financeira da escola.

Tabela 5 - Soluções e melhorias para a gestão financeira da escola

QUAIS MEDIDAS PODERIAM MELHORAR A GESTÃO FINANCEIRA DA ESCOLA.	RESPONDENTES
Capacitação e formação dos gestores	02
Aumento da transparência e comunicação	00
Melhora na alocação dos recursos	05
Maior envolvimento da comunidade escolar	02
Outros	00
Total	09

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que a grande maioria dos entrevistados considera essencial que a escola melhore a organização na alocação de seus recursos, além de envolver de maneira mais significativa a comunidade escolar nas decisões e nas reuniões do conselho da UEX. Outro ponto destacado é a necessidade de investir na formação continuada dos gestores, garantindo que estejam sempre atualizados e capacitados para lidar com os desafios da gestão escolar. Com isso,

Melhorar a gestão financeira das escolas exige a adoção de práticas que priorizem a transparência, a capacitação dos gestores e o uso eficiente dos recursos, garantindo que cada verba seja aplicada de maneira a promover a qualidade da educação e o bem-estar da comunidade escolar." (ALMEIDA, 2021).

Esse dado evidencia a necessidade urgente de abordar a temática da gestão financeira nas escolas, uma vez que a prática atual parece estar defasada, sem inovações significativas, o que acaba gerando prejuízos no desempenho e na eficiência da instituição. Segundo Silva,

A implementação de práticas inovadoras na gestão financeira escolar é crucial para otimizar os recursos disponíveis, melhorar a eficiência nos processos administrativos e garantir que a educação de qualidade seja acessível a todos, mesmo em contextos de restrição orçamentária. (SILVA, 2020).



Diante desse cenário, fica evidente a necessidade de fortalecer a disseminação de boas práticas na gestão financeira escolar, promovendo capacitações e incentivando a troca de experiências entre as instituições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisa a gestão financeira da Escola Municipal Presidente Vargas, buscando compreender seus principais desafios e propor soluções adequadas à sua realidade. A instituição enfrenta dificuldades como a escassez de recursos, limitações na aquisição de materiais didáticos e impedimentos para melhorias estruturais e pedagógicas, o que afeta diretamente a qualidade do ensino.

Apesar das restrições, a escola adota um planejamento financeiro estratégico e segue as normas de aplicação e prestação de contas dos recursos federais. O Conselho Escolar tem papel essencial nesse processo, assegurando transparência e participação da comunidade nas decisões financeiras. Nesse sentido, a participação do Conselho escolar é de fundamental importância, pois é uma instância colegiada formada por todos os segmentos que representam a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários, sociedade civil e direção) sendo, portanto, o acesso que a comunidade tem para atuar na gestão e particularmente na tomada de decisões quanto ao aspecto financeiro exigindo uma abordagem de transparência dentro da instituição.

Conclui-se que a gestão financeira eficiente exige integração entre gestão, comunidade e planejamento, fortalecendo a colaboração e promovendo melhorias contínuas na educação, em busca de uma escola mais participativa e de melhor qualidade no município de Sertânia.

6. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. *Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão de escola pública*. Educ. Soc., v.28, n. 98, abr. 2007.

ALBUQUERQUE, Cíndia Maria Braga. *A gestão democrática na rede estadual de ensino de Arapiraca/AL: a atuação do conselho escolar*. 2018.

ALMEIDA, Mariana Costa. *Gestão financeira escolar: práticas e desafios para a melhoria da educação*. São Paulo: Editora Pearson, 2021.



ARAUJO, K.S.X. de; G. M.das G.G.V. *O programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como Política Educacional de Descentralização adotada pelo Governo Federal Brasileiro*. Espacio Abierto Volumen 32 N° 4 (octubre-diciembre) 2023, pp.229-241

BATISTA, I.M.de S. *Aspectos da gestão dos recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE): um estudo de caso em uma escola pública do interior da Bahia (2017- 2018)*.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. FNDE. Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013. *Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)*, em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, *para estabelecer normas de distribuição e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

COSTA, Maria Helena Ribeiro. *As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Salvador*. 2004. 68 f. Monografia (Especialização) - Associação Baiana de Educação e Cultura-ABEC, Salvador, 2004.

FARENZENA, Nalú; ARAUJO, Emílio Luiz Pedroso. *Espaços de democratização: na gestão financeira da educação. Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006. P. 109-116, 2006.

FREIRE, P. apud NAVARRO, I.P. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania /elaboração Ignez Pinto Navarro...*[et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.

LEVAČIĆ, Rosalind. Local management of schools: Analysis and practice. **(No Title)**, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do*



conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, 2012.

LÜCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola.* Petrópolis: Vozes, 2011. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – MPDFT. Cartilha Prestação Contas Escolas. 1ª edição – 2016 Disponível em; file:///C:/Users/User/Desktop/miss/cartilha_prestacao_contas_escolas_visualizacao.p df acessado em 11 de Outubro 2024.

OLIVEIRA, Beatriz Scamilla Jardim Moraes; BURLAMAQUI, Bernardo Camargo. *O Fundeb como sistema de estruturação da política de educação brasileira.* In: GOMES, Leonardo Parizotto; REIS, Vanessa Velasco H. B. (Orgs.). *Ensino Superior: reflexões e ensinamentos.* Rio de Janeiro: Pembroke Collins, no prelo.

OLIVEIRA, João Ferreira de. MORAES, Karine Nunes. DOURADO, Luiz Fernandes. *Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.* Políticas e Gestão na Educação. Escola de Gestores. MEC - Curso de Especialização em Gestão Escolar. 2007.

Paro, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública.* São Paulo: Cortez Editora, 4ª edição, 2016.

SILVA, G. *O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como Mecanismo da Descentralização Financeira, Participação e Autonomia na Gestão Escolar.* Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SILVA, João Pedro. *Inovação na gestão financeira escolar: caminhos para uma educação mais eficiente.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

TORRES, J.F. de. *Avaliação do programa dinheiro direto na escola (PDDE) e sua execução na área rural do município de Cavalcante-go no período 2013-2016.* Universidade de Brasília. Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2019.

